BOLETIM

ANO XXIII Nº. 06 - MAIO DE 2000

apubh
Associação Profissional dos Docentes da UFMG
Seção Sindical da ANDES - SN

Editorial

Mobilização é a força dos professores

Quase dois mil dias sem reajuste pesam nesta campanha salarial 2000. Num quadro marcado pela greve das Universidades Estaduais Paulistas e pelo desgaste do presidente da República – questionado interna e internacionalmente por sua política social – a situação das universidades federais continua a se deteriorar. Em que pese o anúncio pelo governo, com as devidas loas à sociedade do conhecimento, dos fundos de pesquisa que pretendem oferecer solução à questão endêmica do financiamento da pesquisa, assistimos, no verso da situação, à queda do poder aquisitivo de nossos salários, tratados de forma a quebrar nossa resistência ao aviltamento das condições materiais e acadêmicas de trabalho. Paliativas, a GED e a GID 2000 estão longe de cobrir os 64% de perdas acumuladas no período, perdas que, é preciso insistir, são ainda maiores para os professores e 1º e 2º graus, para os aposentados e para professores em situações especiais, menos freqüentes mas não desimportantes. Frente à iniciativa do governo de cortar as FC, ou à sua intenção manifesta de cortar ganhos obtidos na justiça e transitados em julgado há mais de cinco anos, a precariedade legal da solução pela via de gratificações salta à vista até dos mais crédulos. Podemos acordar amanhã com uma decisão de que as muitas gratificações que compõem nossos vencimentos não serão mais pagas. Tudo isto sem considerar a interferência perversa do viés quantitativista e do apelo carreirista dessa "solução" salarial que confronta os valores acadêmicos clássicos.

Ao apontar para a discussão nas unidades do indicativo de greve para a semana do dia 22, a Assembléia pretende avaliar a disposição de luta dos professores e identificar as oportunidades de ação concreta para fazer face à situação. Motivos não nos faltam. Participe das discussões e faça-as, acontecer. Nossa mobilização é nossa força.



Fapemig continua sem receber recursos constitucionais

Página 2

GID e GED desestruturam a carreira docente

Página 3

Falta dinheiro para periódicos científicos

Página 4

Governo do estado se nega a cumprir Constituição

As negociações com o governo estadual para o repasse dos recursos exigidos pela Constituição à Fapemig pouco evoluíram desde a última edição do Boletim da APUBH. De acordo com o professor Flávio Plentz, do departamento de Física e diretor de Ciência e Tecnologia da APUBH, estão restando poucas alternativas senão denunciar abertamente o governo, partir para a organização de paralisações nas universidades e levar os professores e estudantes de Minas para a porta do Palácio da Liberdade. "Até agora estivemos insistindo em conversar, e insistindo muito. Acho que, a partir de agora, precisamos entrar em uma outra fase", avaliou o professor.

Flávio Plentz diz que foram feitas, sem sucesso, diversas tentativas de reunião com o secretário da Fazenda. "Apesar de estarmos insistindo nisto há três meses, parece que não há muito esforço do secretário no sentido de viabilizar a audiência", explica. Segundo Plentz, houve apenas duas reuniões: uma com um assessor do secretário da Fazenda e outra com a secretária de Ciência e Tecnologia. "Na primeira, após uma hora e meia, o assessor disse: 'é, acho que vocês têm que falar com o secretário', e ficou de agendar a reunião, o que não aconteceu."

O encontro com a secretária também foi avaliado como pouco produtivo por Plentz. "Ela insistiu que havia avanços e que a liberação de R$ 2 milhões por mês era uma melhoria significativa. De nossa parte, dissemos explicitamente que a comunidade de C&T vê um desembolso de R$ 2 milhões ao mês como um déficit de R$ 3 milhões, já que a Fapemig deveria receber cerca de R$5 milhões mensalmente."

Na avaliação de Flávio Plentz, a situação do financiamento das pesquisas em Minas Gerais pelo governo estadual é muito ruim. Na verdade, para Plentz, por trás do não cumprimento, dos repasses parece estar a visão do governo de que investimento em C&T é de prioridade muito baixa. "Não sabemos até que ponto esta é uma escolha do governador ou se nossas demandas não têm chegado a ele no tom e com os argumentos corretos. Mas, dada a postura dos nossos interlocutores está ficando cada vez mais difícil não associar este descaso com a C&T diretamente ao governador."

500 anos: extremismo e intolerância

Dalton Melo Macambira (*)

A passagem dos 500 anos que marca a chegada dos europeus ao território que se tornaria o Brasil nos remete a uma reflexão de duas ordens: a primeira, diz respeito à própria polêmica acerca dos 500 anos; e a segunda nos coloca diante do dilema dos limites da democracia, tomando como exemplo emblemático os lamentáveis acontecimentos ocorridos em Porto Seguro, na Bahia, no dia 22 de abril de 2000.

A primeira reflexão está relacionada com o debate sobre o caráter das comemorações dos 500 anos e o significado da trajetória histórica do nosso país. De um lado, a Rede Globo de Televisão e o governo FHC tentaram transformar o evento numa grande festa "cívica", de exaltação do sentimento patriótico, no sentido mais tradicional do termo. Exatamente aqueles que estão entregando o Brasil para o capital estrangeiro e violentando a soberania nacional. Seria cômico se não fosse trágico. Na realidade, querem utilizar o evento como uma cortina de fumaça para que o povo esqueça o desemprego e a exclusão social que são a marca do atual governo.

O objetivo é envolver a sociedade, através da pirotecnia global, em um clima festivo, onde se destacam apenas os aspectos "positivos" da nossa história, com a valorização de falsos heróis e tradições. De outro lado, parcela dos organizadores do movimento "Brasil outros 500", com o objetivo de se opor à leitura oficial de nossa história, buscam destacar a chamada "história dos vencidos", priorizando as derrotas do povo brasileiro e os retrocessos de nossa história. A idéia central é mostrar que o povo brasileiro viveu 500 anos de miséria e sofrimento.

Os dois extremos, ao meu juízo, estão equivocados. É verdade que a nossa História não tem apenas 500 anos. Se levarmos em conta o elemento nativo, precisaremos retroceder, pelo menos, trinta mil anos. No entanto, é preciso reconhecer que a formação social que deu origem a esse país, particularmente a construção da nação brasileira, ainda inacabada, está completando meio milênio. Neste sentido, discordo da primeira visão por razões óbvias, mas sou obrigado a não aceitar o outro extremo. Não podemos reduzir a complexidade histórica ao dilema dualístico do bem e do mal, particularmente quando se trata de uma formação social tão particular, única no mundo, como é o nosso caso.

Afirmar que não temos nada o que comemorar porque são 500 anos de derrotas do povo brasileiro é um enorme engano. São 500 anos de luta e resistência do nosso povo ao autoritarismo das classes dominantes, à escravidão, à repressão, ao arrocho salarial e à ditadura. Não podemos esquecer Palmares, a Conjuração Mineira e a Baiana, a Balaiada e a Farroupilha, Canudos e Contestado, a Coluna Prestes e o Araguaia, as Diretas Já e o Impedimento de Collor, etc, onde os verdadeiros heróis do povo brasileiro lutaram, e muitas vezes tombaram, em defesa da democracia, da liberdade e da justiça social. Esquecer tudo isso, como quer o governo, ou entender toda essa trajetória de luta como derrotas do movimento popular, como quer o outro extremo, é desconhecer as contradições, os avanços e os retrocessos, as vitórias e as derrotas, como contingências que fazem parte do processo histórico.

A segunda reflexão está associada aos acontecimentos de Porto Seguro. A insensibilidade de FHC e a truculência de ACM se uniram para impedir que uma parcela da sociedade manifestasse sua indignação com a atual situação do país e fizesse, também, uma outra leitura dos 500 anos do Brasil. A repressão policial contra os índios, negros, estudantes, professores, sindicalistas, sem-terra, etc, foi tão brutal que lembrou os piores momentos da ditadura militar. Parece que o presidente Fernando Henrique, ao agradecer ao presidente de Portugal o fato de termos sido colonizados por uma nação amiga e cordial como é a portuguesa, estava, na realidade, reproduzindo, justamente na "comemoração" da chegada dos europeus ao nosso território, o mesmo tratamento dado pelo colonizador aos índios e escravos.

Todavia, a questão mais séria em tudo isso diz respeito a uma outra fala do presidente. FHC falou da importância da tolerância para a manutenção e consolidação da democracia. Nesse caso, é uma afirmação extremamente contraditória com as arbitrariedades cometidas pela polícia da Bahia sob os olhos de FHC e o comando de ACM. Neste sentido, chamo a atenção para os limites da democracia frente a tamanha intolerância por parte do poder público para com manifestações populares, sobretudo as de caráter absolutamente pacíficas como as que ocorreram em Porto Seguro. Qualquer ameaça à democracia em nosso país, dessa forma, deve ser creditada nas contas dos senhores Fernando Henrique Cardoso e Antônio Carlos Magalhães.

(*) Professor de História Contemporânea na UFPI e presidente em exercício da Andes-SN.

GID e GED

Desestruturação da carreira docente

Acreditando que a articulação entre as entidades sindicais representativas das categorias dos servidores públicos federais é bastante frágil, o governo tenta sanar a gritante defasagem salarial do funcionalismo através da concessão de gratificação ou da correção das já instituídas, de forma diferenciada. Trata-se de um claro desrespeito ao preceito constitucional expresso no art. 37, inciso X da Constituição Federal, que prevê revisão geral dos salários na mesma data e no mesmo percentual a todos os servidores.

Seguindo essa lógica e apostando na divisão interna entre os professores das IFES é que o governo instituiu a Gratificação de Incentivo à Docência (GID), rompendo de vez com a estrutura prevista no PUCRCE.

Fica clara também a ruptura da paridade salarial entre os docentes de uma mesma instituição, sujeitos às mesmas atividades acadêmicas.

Não nos esqueçamos de que a reivindicação das IFES é o reajuste linear para repor as perdas salariais dos últimos cinco anos e a instituição da carreira única para os docentes de 1º, 2º e 3º graus.

Veja a seguir as distorções salariais dos docentes da universidade.

Tabela 1.1

Dedicação Exclusiva - (3º grau)***							
Classe/nível	vencimento	GAE	GED*	Total	30% GED	Total	% **
Aux. 1	379,14	606,63	233,80	1219,57	70,14	1289,71	5,75
Aux. 2	396,21	633,93	233,80	1263,94	70,14	1334,08	5,55
Aux. 3	414,03	662,45	233,80	1310,28	70,14	1310,28	5,35
Aux. 4 (graduado)	432,66	692,26	233,80	1358,72	70,14	1428,86	5,16
Assist. 1	589,50	943,20	700,00	2232,70	210,00	2442,65	9,40
Assist. 2	606,03	985,65	700,00	2301,65	210,00	2511,65	9,12
Assist. 3	643,75	1030,00	700,00	2373,75	210,00	2583,75	8,85
Assist. 4 (mestre)	672,73	1076,37	700,00	2449,10	210,00	2659,10	8,57
Adj. 1	879,93	1497,89	1100,40	3382,22	330,12	3712,34	9,76
Adj. 2	919,53	1471,25	1100,40	3491,18	330,12	3821,30	9,45
Adj. 3	960,91	1537,46	1100,40	3598,77	330,12	3928,89	9,17
Adj. 4 (doutor)	1004,16	1606,65	1100,40	3711,21	330,12	4041,33	8,89
Tit. (doutor)	1218,99	1950,38	1360,60	4529,97	408,18	4938,15	9,01

* Ged integral (nem todos os docentes recebem a GED integral)
** (Total 2 / Total 1) - 1 ou Percentagem do Total 2 em relação ao Total 1
*** Não computado o adicional por tempo de serviço: anuênio de 1% sobre "vencimento"

Tabela 1.2

Dedicação Exclusiva (1º e 2º graus)						
Classes	Vencimento	GAE	Total	GID*	Total c/ GID	%
Titular	939,72	1.503,55	2.443,27	742,40	3.185,67	30.39
E1	696,56	1.112,90	1.809,46	606,40	2.415,86	33.51
E2	727,88	1.164,61	1.892,49	606,40	2.498,89	32.04
E3	760,66	1.217,06	1.977,72	606,40	2.584,12	30.66
E4 (mestre)	794,87	1.271,79	2.066,66	606,40	2.673,06	29.34
D1	506,40	810,24	1.316,64	393,60	1.710,24	29.89
D2	529,16	846,66	1.375,82	393,60	1.769,42	28.61
D3	552,97	884,75	1.437,72	393,60	1.831,32	27.38
D4 (especialização)	577,87	924,59	1.502,46	393,60	1.896,06	26.20
C1	379,14	606,62	985,76	393,60	1.379,36	39.93
C2	396,21	633,94	1.030,15	393,60	1.423,75	38.21
C3	414,03	662,45	1.076,48	393,60	1.470,08	36.56
C4	432,66	692,26	1.124,92	393,60	1.517,52	34.99
Lic. Plena						
B1	308,97	494,35	803,32	393,60	1.196,92	49.00
B2	324,43	519,09	843,52	393,60	1.237,12	46.66
B3	340,62	544,99	885,61	393,60	1.279,21	44.44
B4	357,67	572,27	929,94	393,60	1.323,54	42.33
Lic. Curta						

* Gid integral

Conclusões

1) Entre os docentes do 3º grau, a discrepância de remuneração total varia de 5,16% a 9,76%, ou seja, 89,15%.

2) Entre os docentes de 1º e 2º graus, a mesma discrepância vaira entre 26,20% e 49,00%, ou seja, 87,02%

3) A desestruturação do PUCRCE e a ruptura da paridade salarial caracterizam-se como injustas e ilegais. Preparemo-nos, portanto, para uma mobilização política nacional junto com ações jurídicas locais e nacional.

EM TEMPO: O governo federal reeditou, em 25 de abril, a Medida Provisória 2.020-1, excluindo, arbitrariamente, os professores aposentados e também aqueles que venham a se aposentar nos próximos dois anos.

Capes corta recursos para assinatura de periódicos científicos

Qualquer pesquisador sabe que para garantir qualidade aos seus estudos deve estar sempre atualizado no quesito bibliografia. Reiteradamente, é preciso consultar artigos veiculados em publicações especializadas para conhecer o que o mundo científico pesquisa, em que pontos as investigações apresentam deficiências e para onde direcionar novas interrogações. Também não é novidade para ninguém na universidade que o número de artigos publicados é critério básico de avaliação pela Capes dos programas de pós-graduação.

A novidade é o contra-senso. A Capes resolveu cortar drasticamente os recursos destinados à assinatura de periódicos científicos. Em 1996, o orçamento da agência destinado à assinatura de periódicos era de R$ 20 milhões, quantia que caiu para R$ 14 milhões em 98 e absurdos R$ 5 milhões em 1999. E mais um agravante: este ano, apenas R$ 900 mil chegaram aos cofres da UFMG para as assinaturas. Com o dinheiro tão escasso, restou à Universidade limitar a 15 o número de títulos a serem assinados por departamento.

Para se ter uma idéia, isso representa pouco mais de 10% do número de periódicos assinados pelo departamento de Física há três anos. "Isso é absurdo e vai conduzir ao empobrecimento de nossa pesquisa", reclama o chefe do departamento, professor Bismarck Vaz da Costa. Ao seu lado, o professor Jafferson Kamphorst Leal, coordenador da pós-graduação em Física, diz que, para se manter atualizado, um pesquisador de sua área certamente precisa passar um dia por semana investigando em periódicos especializados.

Em carta dirigida ao presidente da Capes, professor Abílio Baeta Neves, os coordenadores de pós-graduação em Física de todo o Brasil alertavam, já em dezembro de 99, para a grave situação que se avizinhava. "A comunidade recebe com preocupação as notícias de que são muito poucos os recursos disponíveis para o Programa de Aquisição de Periódicos. Considerando que concretamente não há, no momento, fontes alternativas de financiamento (pelo menos para as instituições universitárias federais), os preços internacionais se elevam, o Real se desvaloriza e a demanda aumenta impulsionada pela expansão da pós-graduação e da capacitação docente, a situação se configura como gravíssima e exige intenso esforço e mobilização da Capes e da comunidade acadêmica para ser superada".

On line

Para efetuar os cortes, a Capes argumentou que os títulos passariam a ser assinados eletronicamente, o que representaria vultosa economia. Assim, uma universidade assinaria e as outras recorreriam a ela para obter artigos pelos quais interessassem. "A idéia não é má, mas hoje esse modelo não tem como funcionar porque a Internet não tem capacidade para disponibilizar os artigos com a velocidade necessária", diz Bismarck. Segundo ele, se um periódico despertasse o interesse de vários pesquisadores, a tentantiva de acesso a ele causaria congestionamento das vias de acesso ao computador sede, o que acabaria por inviabilizar a consulta.

Aliás, na carta que enviaram ao presidente da Capes, os coordenadores advertiram para a incapacidade de atendimento satisfatório através da Internet. "O acesso eficiente às revistas assinadas em formato eletrônico dependerá do aumento de velocidade do 'backbone' principal da RNP e das conexões internacionais para 34 Mbps, o que ainda está longe de ser disponibilizado para todas as instituições do país", observaram.

Para Jafferson , o melhor seria fazer a substituição das assinaturas impressas gradualmente. "À medida em que houvesse expansão da capacidade eletrônica, iríamos deixando de assinar os impressos", sugere.

Ronaldo Barbosa: "O momento é grave, mas a UFMG tem trabalhado para reverter a situação"

Para explicar como a UFMG está procurando resolver o problema da redução de recursos para a assinatura de periódicos, o pró-reitor de Pós-Graduação, professor Ronaldo Barbosa, concedeu a seguinte entrevista ao Boletim da APUBH.

Como a UFMG vai gastar os R$ 900 mil disponibilizados pela CAPES?
Comprando periódicos na ordem de priorização dos cursos e da Biblioteca Universitária.

Esse dinheiro é pouco?
Sim, este recurso é suficiente para, aproximadamente, um terço das atuais necessidades da UFMG.

Então, a situação pode ser considerada grave?
A situação é grave uma vez que não se tem clareza, no momento, de como serão repassados os recursos necessários para a complementação da coleção de periódicos da UFMG.

Existe alguma ação da Universidade para reverter essa situação?
A UFMG tem agido interna e externamente para revertê-la. No curto prazo, estão colocados 26 bancos contendo "abstracts" para acesso via rede. Além disso, junto com os coordenadores de pós-graduação, estão sendo adquiridos, na mèdida do possível, os periódicos que foram elencados como prioritários. É essencial mencionar que para isso a Reitoria fará alocação importante de recursos de seu próprio orçamento. Ao mesmo tempo, uma metodologia de avaliação da coleção UFMG será realizada pela Biblioteca Universitária no sentido de encontrar qual deverá ser o número e os títulos necessários à Instituição.
Externamente, todas as gestões políticas possíveis junto à CAPES, à SESu e ao Ministro têm sido realizadas pelo Reitor.

Há algum departamento que se recusa a receber o montante reduzido?
De todos os cursos contatados, 58, apenas três se manifestaram pela não priorização. As razões são perfeitamente compreensíveis e, uma vez que sejam priorizados, serão adquiridos como os dos demais cursos, pois não faria sentido retornar recursos, ainda que escassos, ao MEC.

Qual a sua avaliação desse episódio?
Trata-se de um período de transição causado, em parte, pela desvalorização cambial. Tenho notícia de que a CAPES está avaliando o programa de apoio às bibliotecas. Espero que se atinja rapidamente um consenso quanto ao formato desse programa de apoio. O que vem ocorrendo com o programa de periódicos é claramente indesejável. Por outro lado, tem-se uma oportunidade de se iniciar uma construção de metodologias de avaliação de nossas coleções, mais fundamentadas em critérios acadêmicos. Mas é lamentável a ausência de planejamento e de implementação de estratégias que viabilizassem a passagem dessa transição sem os sobressaltos que estamos sofrendo.

Pesquisa mostra que juros consomem patrimônio brasileiro

O "Projeto Veritas", que pesquisa a seguridade social dos servidores públicos federais civis, acaba de divulgar informativo especial em que analisa a aplicação orçamentária da União em 1999 e apresenta informações sobre a proposta de orçamento do Executivo para 2000. Coordenados pelos professores Elias Antônio Jorge, Carlos Eduardo de Ataíde Castro e José Henriques Maia Filho, os estudos chegaram a conclusões assustadoras.

Um exemplo é a correlação de pessoal com despesas correntes que despencou de 29,82% em 1995 para 21,58% em 2000. Ao mesmo tempo, a correlação de juros com despesas correntes foi alavancada de 13,22% (1995) para 32,23% (2000). De acordo com a pesquisa, todo o crescimento das receitas correntes de 1995 para 2000 (de R$ 127,1 bi para R$ 242,3 bi, ou seja R$ 115,2 bilhões) será consumido em gastos com Juros e Amortização das Dívidas Interna e Externa, os chamados Encargos Financeiros da União (EFU), cujo crescimento de 1995 (25,8 bi) para 2000 (152,2 bi) é de R$ 126,4 bilhões. "Com isso, o EFU consumirá tudo e ainda vão faltar R$ 9,2 bilhões", destaca o relatório, ao ressaltar que "é evidente que todo o esforço arrecadatório está sendo consumido pelos juros, que apresentam percentuais crescentes sobre receitas correntes também crescentes."

Dívida sem fim

Ao concluir, o relatório afirma que a culpa pelo déficit público não pode ser atribuída às despesas com pessoal, saúde, educação, previdência e assistência social, reforma agrária ou outros programas da área social. "Até porque, excluída a despesa com juros, não existe déficit público, mas superávit", justifica.

Segundo o informativo especial, há países que devem até 80% do PIB, mas refinanciam a sua dívida ao custo de 6% ao ano, no máximo, o que os faz ter um custo de rolagem da dívida inferior a 5% do PIB. Como o Brasil faz a rolagem da dívida a taxas de, no mínimo, 20% ao ano e a dívida pública brasileira é de 50% do PIB, o custo anual de rolagem da dívida é superior a 10% do PIB. "O sucesso da atual política econômica é, portanto, adiar (a custos exorbitantes) a agonia, enquanto houver patrimônio público como objeto de desejo do sistema financeiro nacional e internacional."

A pesquisa conclui também que a orgia promovida pelo Governo em favor do capital é financiada com o sofrimento crescente da sociedade civil, sofrimento físico (fome, miséria e morte) e psicológico (desemprego, insegurança e desespero). A taxa de juros é diretamente proporcional à Taxa de Infelicidade Bruta (TIB) do brasileiro. Quanto maior os juros, maior a infelicidade.

"Já estamos no quinto ano da estratégia 'me engana que eu gosto'. A equipe econômica diz que está tudo bem, sob controle e que são impatriotas os que discordam. Os parlamentares aprovam Emendas ao Orçamento que, em geral, jamais serão executadas e a população permanece, em sua maioria, em funesta letargia, querendo acreditar nas palavras tranquilizadoras da equipe econômica e do presidente."

Enquanto isso, ressalta o relatório, as receitas públicas crescem, mas os juros abusivos as consomem e a Dívida Pública continua crescendo, o que significa mais juros abusivos no futuro. "Este círculo vicioso, que tem sobredeterminado a nossa qualidade de vida e a de nossos filhos, não pode continuar."

A pesquisa alerta que parte do Orçamento de 1999 ficou para ser executada em 2000, sobretudo emendas parlamentares, convênios com prefeituras, etc. Certamente isto ajudará muitos aliados do Governo a se elegerem ou se re-elegerem em 3 de outubro, reforçando a base de sustentação política do governo para que o círculo vicioso não seja interrompido.

"Se a política econômica de Fernando Collor, confiscou o passado (a poupança), a política econômica de Fernando Henrique Cardoso está confiscando o futuro (os juros de 2000, R$ 78 bilhões no Orçamento, superam toda a receita tributária da União de 2000, cuja previsão é de R$ 74 bilhões). Isso impede o País de tornar-se nação. É impossível pensar em projeto civilizatório brasileiro nestas condições. Está proibido incluir os excluídos e torná-los cidadãos."

A conclusão do informativo especial do Projeto Veritas é: "construir a ruptura continua sendo imperativo!" Ou a sociedade civil se organiza e se articula politicamente ou teremos outros 500 anos de barbárie no Brasil.

Comparações

Com encargos financeiros (EFU-2000) de R$ 400 milhões por dia, a Governo Federal torna ridículo o debate sobre os gastos com salário mínimo e outras questões sociais da atualidade. Comparando-se alguns gastos, veremos o absurdo da situação. Os R$ 4 bilhões do Fundo para Erradicação da Miséria equivalem a 10 dias de EFU-2000. Se o salário mínimo for para R$ 180 consumirá R$ 6 bilhões, ou 15 dias de EFU-2000. A suplementação orçamentária da saúde em R$ 2 bilhões representa cinco dias de EFU-2000. E o confisco nominal das aposentadorias, reformas e pensões no valor total de R$ 2,4 bilhões paga seis dias de EFU-2000.

Se o governo federal reajustasse os salários dos servidores federais em, por exemplo, 40%, teria suas despesas acrescidas em R$ 20 bilhões, o que equivale a 50 dias de EFU-2000. Para conceder reajuste geral aos servidores federais de, por exemplo, 50% (R$ 26 bilhões), bastaria redirecionar a terça parte do valor reservado ao pagamento apenas dos juros de 2000.

Entidades podem contribuir com a pesquisa

Este ano as pesquisas do "Projeto Veritas" estão sendo desenvolvidas com o financiamento exclusivo da APUBH. Outras entidades que desejarem e puderem participar podem entrar em contato com a Diretoria da APUBH ou com a coordenação do Projeto, através do telefone (31) 441-7211, fax (31) 441-1303 ou e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br

A derrota da dialética no congresso da Andes

Antônio Júlio de Menezes Neto (*)

Fui delegado ao 19º Congresso da ANDES-SN, realizado em Juiz de Fora em fevereiro de 2000. E neste Congresso impressionou-me o grau de radicalização das tendências presentes, desaguando numa intransigência que inviabilizou, a meu ver, a discussão de questões comuns ao professores e à universidade.

Assim, resolvi debater algumas idéias. Nada mais elaborado nem definitivo, mas apenas buscando contribuir para a construção de relações sociais mais fraternas no nosso movimento.

A nossa cultura ocidental e cristã é conformada pelo pensamento cartesiano, pelo positivismo e pelo Taylorismo. Estas idéias tornaram-se dominantes também no campo da esquerda. Assim, a velha dialética não passa de um jargão em boa parte dos movimentos de esquerda.

Analiso que isto acaba se refletindo nas diversas, cristalizadas e inimigas tendências do movimento sindical e político em geral. Tudo deve ser compartimentalizado, engavetado e combatido, se é do "inimigo", se não está "do nosso lado", do lado da "nossa verdade". Cento e cinqüenta anos de lições não conseguiram fazer com que tentássemos encaminhar nossas lutas de outras formas. Tudo se repete.

Observando o Congresso, pareceu me que as tendências políticas presentes falavam diversas e incompreensíveis línguas, apesar de muitas vezes, no plano prático, estarem falando a mesma coisa. Ou seja, a "guerra", muitas vezes, parecia estar circunscrita ao código de grupo. Parecia que estavam em jogo disputas entre projetos sociais completamente antagônicos, levando a que a radicalização e cristalização de posições impedisse que fosse tirado um eixo comum, eixo este capaz de falar a linguagem dos professores. A luta contra o neoliberalismo, as privatizações, o desmonte da esfera pública, o desprezo governamental pela pesquisa científica, os nossos salários, tudo era motivo de disputas acirradas, como se o "inimigo de classe" estivesse ali na plenária.

A forma do Congresso remete ao cansativo e falido modelo de discutir pingos dos "is" das teses e perder horas em discussões que interessavam mais aos grupos do que ao conjunto dos professores. Chegou-se a um ponto de insanidade que fez com que o Congresso terminasse às oito horas da manhã de domingo, depois de uma madrugada inteira de discussões e divergências.

Acredito que devamos procurar formas alternativas. Por exemplo: apresentação de teses e discussão geral do conteúdo. É apenas uma sugestão, mas penso que este modelo seria mais próximo do nosso modelo acadêmico, fazendo a ponte entre o acadêmico e o sindical.

Deixo claro que não estou propondo uma nova tendência, uma terceira via dentro do nosso movimento. Respeito, aceito e acho fundamental as diferentes opiniões e ideologias no movimento docente. Apenas considero que as nossas divergências estão dentro do chamado "campo progressista", sendo assim capaz de elaborar uma proposta unitária de lutas para este momento histórico.

No campo da esquerda, considero as propostas radicais imprescindíveis para mantermos vivas a ousadia, a rebeldia, as utopias. E neste campo estão as minhas idéias. Mas também as propostas mais pragmáticas são necessárias para construirmos as nossas vidas no nosso cotidiano e para avançarmos nas nossas lutas. E aí também, muitas vezes, me situo. Temos de unir estas idéias e práticas, dialeticamente.

O embate das idéias são salutares e necessárias. Mas não necessariamente excludentes, inimigas, rivais. Não necessitamos derrotar quem, no "campo progressista", esteja fazendo análises diferentes acerca do atual momento histórico. Vamos guardar energias para lutar contra quem merece o nosso repúdio, ou seja, a direita, os neoliberais. Afinal, se não conseguimos um mínimo de confiança e respeito entre nós, como podemos criticar os outros?

Vamos refletir, repensar, respeitar, ousar, aceitar, negar, negociar e radicalizar. Vamos extrapolar o unilateralismo, o estreito mundo das nossas tendências unilaterais. Sejamos universais, socialistas, omnilaterais, como devem ser bons professores universitários.

(*) Professor da Faculdade de Educação

Ações judiciais

A APUBH, através de sua assessoria jurídica, alerta a todos os professores que ingressaram em juízo pleiteando o aumento de 28,6% concedido aos militares - e que, posteriormente, firmaram acordo com a UFMG - que encaminhem à sede desta entidade, no prazo máximo de 15 dias, cópia xerográfica autenticada do acordo firmado.

Esse procedimento se faz necessário pelo fato de que a UFMG, até o presente momento, não apresentou em juízo os referidos acordos. Dessa forma, as ações continuam tramitando normalmente perante a Justiça Federal, o que significa mais trabalho e custos com cópias reprográficas, recursos e condenação em honorários de sucumbência que, não se sabe porquê, a UFMG vem executando (tentanto receber do professor).

Além dos problemas de ordem financeira referidos acima, o professor que tiver aderido ao acordo poderá ser condenado como litigante de má-fé, caso este continue a dar andamento no feito, o que vem acontecendo, já que a assessoria jurídica não tem conhecimento de quais docentes entabularam o acordo.

É indispensável, pois, juntar aos autos desses processos as cópias dos acordos firmados. Somente assim o processo poderá ficar isento dos gastos mencionados.

Geraldo Marcos Leite de Almeida
Assessor Jurídico da APUBH

Através do professor Márcio Quintão, chefe de gabinete, o reitor Francisco César Sá Barreto informou, em 11 de maio, que, face a novas regulamentações do Siafe quanto à matéria, o Departamento de Pessoal da UFMG vai precisar de duas a três semanas para consolidar a listagem dos professores que firmaram o acordo com a Universidade.

IMPRESSO

DIRETORIA DA APUBH - GESTÃO 99/01

PRESIDENTE
Beatriz Alencar d'Áraújo Couto

1º. VICE-PRESIDENTE
Ciomara Maria Pérez Nunes

2º. VICE-PRESIDENTE
Rodney Rezende Saldanha

1º. SECRETÁRIO
Délcio Vieira Salomon

2º. SECRETÁRIO
José Antônio Armanelli

1º. TESOUREIRA
Otávia Fernandes de Souza Rodrigues

2º. TESOUREIRA
Rosângela Carrusca Alvim

1º. SUPLENTE
Maria Inês de Melo Toledo

2º. SUPLENTE
Juliana Vilela Bastos

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Mary Oliveira de Assis

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Murilo Gontijo
Reg. Prof. 4876/MG

IMPRESSO
Mariti Artes Ltda.

TIRAGEM: 3.000 exemplares
APUBH - Rua Artur Itabirano, 70
Bairro São José/Pampulha - CEP 31275-020
Belo Horizonte - MG
Tel: (0xx31) 441-7211 - Fax: (0xx31) 441-1303
e-mail: correio@apubh-ufmg.org.br
home page: http://apubh-ufmg.org.br